

## **A Utilização de Textos Literários em História: Alguns Aspectos Metodológicos**

**Uyguaciara Veloso Castelo Branco**

Doutora em História pela UFPE - Professora do Departamento de Fundamentação da Educação -  
DFE/CE/UEPB

---

**Resumo:** O artigo apresentado objetiva traçar alguns novos e possíveis caminhos metodológicos do fazer histórico. Discute-se o uso de textos literários em trabalhos que visam compreender a família, o cotidiano e a vida privada, encaminhando-se pelo complexo campo da análise de textos, canteiro por excelência do historiador, para chegar ao objetivo principal deste trabalho: a análise dos textos literários propriamente ditos. Utilizou-se textos específicos de Análise Literária, que em muito contribuíram para um melhor entendimento de autores consagrados no campo da historiografia atual, como: Michel Foucault, Paul Veyne, Michel de Certeau e Hayden White.

**Palavras-chave:** metodologia da História, análise literária, historiografia.

**Abstract:** The presented article objectifies to trace some new and possible methodological roads of doing historical. It discusses the use of literary texts in works that seek to understand the family, the daily and the private life, heading for the complex field of the analysis of texts, stonemason par excellence of the historian, to arrive to the main objective of this work: the analysis of the literary texts properly said. It was used specific texts of Literary Analysis, that in a lot they contributed to a better understanding of authors consecrated in the field of the current historiography, as: Michel Foucault, Paul Veyne, Michel of Certeau and Hayden White.

**Key words:** methodology of the History, literary analysis, historiography.

---

### **A FAMÍLIA, O COTIDIANO E A VIDA PRIVADA**

A família é considerada como um tema bastante atual não apenas em História mas também a outras áreas do conhecimento, que discutem a sua estrutura, suas crises e peculiaridades ao longo do tempo. A Europa constituiu-se no berço onde esse tema teve lugar privilegiado, sobretudo na França e na Inglaterra, com estudos que tentam caracterizá-la, inserindo-a na estrutura da sociedade cristã moderna e contemporânea, a partir do século XVI.

Nesses estudos, as fontes arqueológicas, iconográficas e literárias ocupam um lugar privilegiado,

destacando-se os estudos sobre a história da vida privada, o cotidiano material e seus aspectos simbólicos (FARIA, 1997).

Antes da década de 50, os estudos sobre família praticamente se prendiam a análises genealógicas de famílias da elite, utilizando-se fontes subjetivas. Com a utilização de registros de batizado, casamento e óbito e com a criação de técnica de reconstituição de famílias pela demografia histórica francesa, começaram a surgir as primeiras pesquisas na área, a exemplo dos estudos de Michael Anderson, André Burguière e Alan Macfarlane. Esses estudos se prendem, normalmente, a amplos espaços e a longa duração, com o uso de fontes descritivas, tais como relatos de época, diários,

biografias, literatura, pintura, brinquedos. Ressalta-se que os documentos são circunscritos dentro de contextos específicos, que os torna representativos.

No Brasil, encontramos em Gilberto Freyre os aspectos mais importantes ligados a noção de família patriarcal, predominantes na historiografia brasileira, durante décadas. Merecem destaque os estudos de Antônio Cândido, ampliando a noção de tempo e de espaço histórico brasileiro.

Segundo Faria (1997, p. 256),

a família, no período escravista brasileiro, exerceu importância fundamental na montagem e funcionamento das atividades econômicas e nas relações sociais e políticas. Foi da ou para a família, não necessariamente a consagüínea, que todos os aspectos da vida cotidiana, pública ou privada, se originavam ou convergiam. A família conferia aos homens estabilidade ou movimento, além de influir no status e na classificação social. Pouco se referia ao indivíduo enquanto figura isolada - sua identificação era sempre com um grupo mais amplo. O termo "família" apareceu sempre ligado a elementos que extrapolavam os limites da consagüinidade - entremeava-se à coabitação e à parentela, incluindo relações rituais e de aliança política.

Atualmente, diante das exigências midiáticas, em busca do sensacional e do extraordinário, as histórias da família, do cotidiano e da vida privada, com sua aparente banalidade, enfrentam uma enorme dificuldade, que desafiam o historiador em busca de seus aspectos mais ricos e complexos.

Longe de se tratar de algo simples, [...] *o cotidiano só tem valor histórico e científico no interior de uma análise de sistemas históricos que contribuam para explicar seu funcionamento* (FARIA, 1997, p. 262). Entretanto, a história não é, necessariamente, produto dos grandes acontecimentos, mas deve ser construída diariamente através dos atos de sujeitos comuns, das maiorias quase sempre silenciosas, que recuperam, no seu fazer histórico, os laços entre o individual e o social, e entre o social e o histórico.

O cotidiano deve, ainda, ser entendido não apenas como ordem, mas também como desordem, uma vez que

pensar a história do cotidiano e da vida privada é, sobretudo, pensar a solidez de palavras e de coisas, e as articulações entre palavras e coisas que fixam as relações legítimas e ilegítimas entre a ordem dos corpos e a ordem dos discursos. No interior desta história, como ensina Michel de Certeau, "inventa-se o cotidiano" graças às "artes de fazer", herdeiras da **métis** grega e conjunto de espertezas sutis e de táticas de resistência através das quais o homem ordinário se apropria de espaço, inverte objetos e códigos, usando-os à sua maneira (FARIA, 1997, p. 273).

Entretanto, é necessário ter em mente que a história do cotidiano e da vida privada não está alheia à realidade política nem tampouco ao imprescindível recorte temporal. Caso contrário, corre-se o risco de exceder-se em minúcias, particularidades ou extravagâncias individuais, desprovidas de sentido, de pertinência e de importância histórica sob a suposta alegação de fazer falar os esquecidos. Fazer falar pessoas comuns é também contextualizá-los em seu tempo, com seus micropoderes, no seu permanente movimento e em suas microresistências.

Esses aspectos exigem do historiador uma disciplina teórico-metodológica para não cair no encantamento da pura narrativa literária, esquecendo-se do seu compromisso com a produção de conhecimento e de sentido. É com esse objetivo que serão feitas algumas considerações metodológicas sobre o tratamento dado aos textos em história e, mais particularmente, ao texto literário.

## ANÁLISE DE TEXTO E ANÁLISE LITERÁRIA

O historiador, tradicionalmente, mantém um interesse primordial sobre os conteúdos dos **documentos** de que se utiliza, isto é, sobre os referentes

dos textos ou sobre os vários discursos nele existentes.

Percebendo a dimensão discursiva e as dificuldades de fazer a análise e conseqüente interpretação de textos históricos, o historiador viu-se diante de encontros possíveis (e até desejáveis) com algumas ciências auxiliares, que lhe poderiam fornecer subsídios importantes ao seu *savoir-faire*: as ciências sociais (sociologia, antropologia, psicologia) e a lingüística.

A esse respeito, Cardoso e Vaifas (1997) descrevem dois importantes encontros. Um primeiro, ocorrido nos anos 50 e 60, centrado num maior rigor no tratamento do vocabulário (denotação) dos textos utilizados como fontes, tendo por base os estudos de Harris (1952), na sua análise distribucional. Esta conduzia a uma análise de conteúdo mais sistemática, baseada no levantamento estatístico das freqüências em que ocorriam o emprego das palavras, sem levar em consideração o conseqüente esfacelamento do discurso trabalhado e subdividido em unidades dissociadas e sem conexão. Um segundo encontro, ocorrido no auge do estruturalismo francês (anos 60), quando a lingüística sai do estudo da fonologia e se desenvolve em direção a lingüística do discurso, partindo para as estruturas, que organizam grupos de frases num discurso completo, e ultrapassando a dicotomia língua/fala, rumo a um estudo do discurso enquanto prática, enquanto processo mediado por suas condições de produção (ROBIN, 1977).

**Discurso** aqui pode assumir várias definições possíveis:

como sinônimo de fala (uso contingente da língua) em oposição à língua (sistema estruturado de signos); como unidade lingüística maior do que a frase - torna-se então sinônimo de mensagem ou enunciado; como conjunto das regras de encadeamento das frases ou grupos de frases que compõem um enunciado; ou como o enunciado visto a partir das condições de produção - lingüísticas e sociais - que o geraram (CARDOSO e VAIFAS, 1997, p. 377).

De acordo com a definição que se toma como princípio, são estabelecidas as regras ou abordagens de análise desse discurso, seja em função do conteúdo das significações (**análise semântica**), seja em função da expressão das significações e da sua produção enquanto discurso (**análise semiótica**).

Na análise semântica, pode-se resgatar o conteúdo histórico a partir do vocabulário existente, dos enunciados, dos tempos verbais, das expressões utilizadas, etc., relacionando o texto ao contexto, sob o pressuposto de que

[...] um documento é sempre portador de um **discurso** que, assim considerado, não pode ser visto como algo transparente. [...] o historiador deve sempre atentar, portanto, para o modo através do qual se apresenta o conteúdo histórico que pretende examinar, quer se trate de uma simples informação, quer se trate de idéias. [...] A história é sempre texto, ou mais amplamente, **discurso**, seja ele escrito, iconográfico, gestual etc., de sorte que somente através da decifração dos discursos que exprimem ou contêm a história poderá o historiador realizar seu trabalho (CARDOSO e VAIFAS, 1997, p. 377-8).

Convém, no entanto, observar alguns cuidados importantes no uso da análise semântica, tanto na escolha criteriosa dos métodos de trabalho, que devem ser compatíveis com a formação teórica do historiador, quanto na necessária flexibilidade na utilização do método escolhido, para não se cair no encantamento positivista de um cientificismo exagerado, que levará o historiador a construir [...] '*um relatório técnico*' no lugar de uma '*narrativa histórica*' [...] (CARDOSO e VAIFAS, 1997, p. 379). Qualquer que seja o método escolhido, é imprescindível que ele esteja ancorado na criatividade do historiador, que não pode nem deve esquecer de que ele enquanto

[...] intérprete presta uma contribuição própria, ainda que não pretenda fazer mais do que uma decifração. Na realidade, ele é, em grande parte, o produtor daquilo que descobre no texto, uma vez que escolhe,

conforme as suas necessidades intelectuais e as necessidades de sua época, o código em que inscreverá o sentido próprio (STAROBINSKI, 1997 apud CARDOSO e VAINFAS, 1997, p. 384).

Caso contrário, cai-se na armadilha de analisar o texto, permanecendo estritamente no nível lingüístico, levando em conta a formação social apenas para fazer referência as condições de produção do texto.

Na análise semiótica, o texto ou o discurso é descrito como todo e qualquer fenômeno com significado completo, desde um texto em língua natural (oral ou escrito), até um filme, uma música, ou qualquer texto figurativo. Os complexos esquemas semióticos passam a exigir do pesquisador um arsenal teórico-metodológico mais profundo para não incorrer em erros crassos. O historiador deixa de manter uma relação mediada pelo postulado da transparência das palavras e da imediatez do sentido, para trabalhar o léxico através de múltiplas mediações, incluindo os componentes político, ideológico e simbólico, num permanente *jogo de opacidade*. A palavra é, por definição, polissêmica, conotando vários esquemas ideológicos contraditórios, somente possíveis de interpretação quando amparados historicamente dentro de um recorte e do seu contexto.

Robin (1997, p. 50), fazendo referência a Roland Barthes, chama a atenção para a importância das palavras numa dada conjuntura, quando secundariza a lógica da comunicação direta ou denotativa e afirma terem as palavras

[...] uma lógica própria, numa linguagem **conotativa**, em redes complexas, em que se enlaçam e se desenlaçam lembranças coletivas, ressonâncias afetivas, signos de reconhecimento ideológico, complexos de imagens e de sonhos, etc. Pronunciá-las implica um ato liberatório, por vezes lúdico, sempre carregado de valores.

Nesse aspecto, há que se ter cuidados redobrados com os manuais ou receituários práticos de análise textual, que parecem desprezar a necessidade imperiosa do estudo e do aprofundamento. Na introdução do seu *História e Lingüística*, Robin (1977,

p. 22-3) adverte para o uso de técnicas em que se ignora as teorias que lhes dão sustentação, a fim de não se cair na mistificação de um empirismo reduplicado, por força de um modismo sem sentido. E, assim, afirma categoricamente que

toda técnica implica uma teoria sobre a linguagem, mesmo sobre sua natureza e sua origem, e pode, através disso, religar-se a tal ou qual corrente filosófica e epistemológica. [...] um método de abordagem, seja qual for, é carregado filosoficamente.

Para tanto, propõe metodologicamente o uso de uma descrição sócio-histórica e de uma descrição lingüística, seguido de um relacionamento dos dois modelos e adverte, taxativamente, que *se é necessário uma teoria da articulação da prática discursiva com o conjunto da formação social, vamos dizê-lo com franqueza, atualmente tal teoria não existe* (Robin, 1977, p. 57).

Portanto, o terreno parece bastante amplo e cheio de armadilhas e, com a finalidade de construir caminhos mais seguros, o historiador precisa cercar-se de cuidados e de muita erudição para pisar com mais firmeza. Com este propósito, é imperioso discutir-se mais detidamente os percursos teórico-metodológicos do uso de textos literários em história:

[...] a verdade é que toda a criação se concretiza transpondo (independentemente de quaisquer preconceitos psicologistas) o crivo da individualidade criadora; e é essa individualidade criadora que interpreta, num registro predominantemente estético, uma visão de mundo coletivizada (REIS, 1981, p. 112-3).

A utilização de textos literários como documento histórico, conforme apresentado nas discussões preliminares deste texto, é muito freqüente nas histórias da família, do cotidiano e da vida privada. Tal utilização pressupõe um profundo mergulho no terreno da análise literária, campo cheio de especificidades e de riquezas

aos olhos do historiador. Ou seja, esses novos objetos exigem novas abordagens, uma vez que as metodologias históricas passam a não mais dar conta, sendo necessário o auxílio dos conhecimentos advindos da literatura e da análise literária.

A literatura é aqui entendida como

[...] a expressão, pela palavra escrita, dos conteúdos da ficção, ou imaginação. [...] sòmente [sic] se consideram literários os textos que se proponham específicos fins literários, vale dizer, o conto, a novela, o romance e o teatro (êste [sic], apenas enquanto texto, não enquanto representação) (MOISÉS, 1972, p. 14).

Para a análise literária, Moisés (1972) afirma que não há modelos fixos para efetuar-la. Esta vai depender do comportamento do pesquisador diante do texto, uma vez que não existem esquemas rígidos ou preconcebidos, mas técnicas e métodos que apoiam o trabalho de análise. A fragmentação interpretativa dos textos, entretanto, deve ser praticada com o máximo de rigor e objetividade, o que não se configura numa contradição ao que foi dito anteriormente, mas no reconhecimento de que a crítica literária consiste numa segunda leitura, numa espécie de recriação do texto, após um procedimento rigoroso de análise.

Um alerta metodológico importante é dado pelo autor quando textualmente explicita que

[...] é a própria obra que decreta o procedimento a adotar: o caminho a percorrer inicia-se na obra e termina no método, não o contrário, ou seja, evidencia falta de consciência crítica ou má consciência ideológica aplicar mecânica e aprioristicamente [sic] o método a qualquer obra, sem consultar-lhe antes a natureza (MOISÉS, 1972, p. 21).

Caso contrário, corre-se o risco de sair com *a solução a cata de problemas*, numa tentativa desenfreada de vestir camisas-de-força para encontrar, como resposta às hipóteses formuladas, aquilo que o pesquisador desde o início tinha como certeza. Cada

gênero literário deve ser analisado na sua especificidade, respeitando-se às normas gerais, aplicáveis a qualquer análise literária, e as normas específicas, particulares a cada gênero em questão.

Fazendo um paralelo entre o historiador e o crítico literário, o autor reconhece que este último se utiliza da análise textual para dar suporte aos seus juízos de valor, à sua crítica, enquanto que

[...] o historiador literário a utiliza para fazer história, ou seja, descrever as obras, os fatos, os autores, e procurar estabelecer-lhes conexões, profundas ou superficiais, tão-sòmente [sic] elaborando valorações quando interpreta, não os textos em si, mas os vínculos que os estreitam no curso do tempo (MOISÉS, 1972, p. 16).

O historiador pode, segundo o autor, fazer **historiografia externa**, quando se preocupa apenas com os fatos, com a biografia dos escritores e com as relações entre os textos estudados e a conjuntura em que foram produzidos, ou **historiografia interna**, quando centra a sua preocupação sobre o conteúdo das obras, suas idéias, pensamentos e sentimentos que permanecem ao longo do tempo, concedendo grande relevância à análise textual. A rigor, há que se perceber, entretanto, que não existe historiografia puramente interna ou externa, ou seja,

[...] tôda [sic] análise textual é contextual [...] Um escrito constitui sempre um ser vivo, empregando regras (ainda que sòmente [sic] sintáticas), aberto aos influxos de fora, da cultura em que foi produzido, da Língua em que foi elaborado, da sociedade que o motivou, dos valores em vigência no tempo, etc. (MOISÉS, 1972, p. 17).

Obviamente, os textos literários não devem se constituir nos únicos documentos a que se deve recorrer numa análise historiográfica. Eles podem ser considerados, pelo seu caráter estético e artístico, os melhores ou mais ricos documentos a serem utilizados para se reconstituir, internamente, uma época, uma cultura ou uma personalidade, mas necessitam do

concurso de outras fontes para dar suporte à análise, seja ela de cunho psicológico, histórico, literário, sociológico, etc.

É preciso ter em mente que

ao iniciar o contacto [sic] com o romance de qualquer tipo, o leitor é obrigado a concordar com as normas estabelecidas pelo ficcionista. Êste [sic], inventa um mundo, com base na observação, na memória e na imaginação, que o leitor deve entender como tal. Caso recuse o universo fictício que se lhe oferece, ou procure nêle [sic] o relato de verídicos fatos acontecidos, só lhe resta fechar o romance e abrir o jornal (MOISÉS, 1972, p. 89).

Nesse momento, um conceito fundamental a ser discutido brevemente é o de verdade ou verossimilhança. Ou seja, nas fontes orais, nos textos literários ou mesmo nos documentos oficiais é preciso que se busque a sua coerência relativa, nunca absoluta, com as ocorrências da vida real. Por isso, a necessidade de se acercar de fontes diferentes para dar sustentação à análise e atribuir-lhe cunho objetivo e ou mesmo assegurar-lhe o caráter de cientificidade. Quando se utiliza a fonte literária, trabalha-se num tempo psicológico, um tempo-duração que se desenvolve no fluir das personagens, em seus fluxos emocionais, fazendo-se um paralelo constante com o tempo linear, cronológico, que confere sentido e direção ao objeto. É o objeto que direciona o tempo ou o recorte temporal, e não o contrário.

A leitura de um texto escrito ultrapassa, portanto, a simples decodificação e

[...] consiste verdadeiramente em (re)construir um universo imaginário cujas coordenadas muitas vezes estão apenas esboçadas no texto que se aborda. [...] ler um romance é, de certo modo, (re)organizar o tempo da história, a orquestração dos pontos de vista, o processo de narração, etc.. [...] o acto [sic] de leitura não ignora o amplo espaço intertextual em que todo o discurso literário se insere (REIS, 1981, p. 22).

Seguindo esse raciocínio, conclui-se pela impossibilidade de um ato crítico rigorosamente objetivo, em que se liberte de um grau mais ou menos elevado de subjetividade. Cumpre, porém, experimentar dois procedimentos metodológicos que permitem nortear o ato crítico, para que o pesquisador não se perca num imenso pântano de devaneios puramente subjetivos. O primeiro procedimento consiste no conhecimento dos códigos estéticos que estruturam a obra de arte literária, inclusive para perceber os conflitos entre as obras e os códigos vigentes em determinada época ou em seus movimentos de vanguarda. O segundo é o conhecimento do contexto sociocultural ou do conjunto de circunstâncias que colaboraram para a elaboração do texto literário, que permitem situá-lo historicamente ou determinar suas condições de possibilidade.

A crítica satisfatória deve passar da fase analítica a outra fase predominantemente sintética que é a interpretação. A análise consiste na decomposição de um todo em suas partes ou elementos constitutivos. É uma atitude descritiva, objetiva, que assume individualmente cada uma das partes de um texto literário, revelando as relações entre essas partes distintas, em que deve predominar os elementos textuais sobre a subjetividade do sujeito receptor.

Já a interpretação diz respeito a pesquisa fundamentada no processo de análise, visando atribuir um sentido ao texto literário. Reis (1981, p. 42-43) explicita que o pesquisador deve ter uma noção teórica básica, qual seja

a noção de que o texto literário funciona como um signo estético dotado de significado(s) global(is) cuja relação com o(s) elemento(s) significante(s) - de que se ocupa sobretudo a análise - não se rege necessariamente pelo estatuto de convencionalidade próprio do signo lingüístico. [...] a interpretação dirige-se, de modo prioritário, à descoberta de sentidos coerentes - e não de todos os sentidos - relativamente aos elementos detectados pela análise. Por isso, a interpretação terá em conta necessariamente a problemática dos

gêneros [sic] e os condicionalismos impostos pelos períodos literários, como factores [sic] susceptíveis de inculcarem ao texto um certo pendor ideológico e determinados núcleos temáticos.

A interpretação, quando ultrapassa os limites do texto, constitui o domínio, por excelência, da subjetividade do crítico.

De maneira mais direta, a análise da **obra literária** - entendida na dimensão histórico-cultural e sociológica do texto literário - compreende três níveis: um primeiro nível denominado **pré-textual**, em que o interesse primordial é pelas circunstâncias externas que envolvem a existência da obra literária, mas não explicam a sua criação, atendo-se a questões de natureza factual como pormenores biográficos, datas, autorias, genealogias, condicionalismos genéticos, etc.

Um segundo, o **sub-textual**, responsável pela gestação da obra literária, que não se baseia em relações lineares ou determinísticas de fatores ou motivações responsáveis pela criação do texto literário, mas na convicção de que [...] *o discurso literário reflecte [sic] de modo distorcido e não especular essas motivações genéticas* (REIS, 1981, p. 82). Tal análise sofre influência direta das contribuições teóricas da psicanálise de Freud, em que se valorizam os elementos estéticos (simbólicos, inconscientes) que entram na composição da obra literária. Considera que a prática estética se concretiza num domínio situado entre o real e o imaginário, encarando a criação literária como um sonho *desperto*, em que se destaca, consideravelmente, o uso da metáfora, do símbolo, da imagem, da ficção ou do conflito dramático como projeções inconscientes que ousam aflorar à superfície do texto.

Nesse aspecto, Reis (1981, p. 105) afirma que,

inserido num mais ou menos vasto contexto social, político e económico [sic], sustentando com esse contexto vínculos e afinidades variavelmente detectáveis, integrado numa classe social cuja problemática interpreta, o escritor é objecto

[sic] de uma espécie de invisível, mas eficaz coacção [sic] que o leva a, muitas vezes sem disso se aperceber, projectar [sic] no texto que elabora todo o conjunto de forças de raiz sociológica subjacentes a esse texto.

O escritor, nesse sentido, limita-se, simplesmente, a veicular uma criação que não é mais individual, personalística, mas coletiva.

Por último, o nível **textual**, em que o texto literário é abordado dentro de limites precisos, circunscritos a um espaço, em que se projeta o conjunto de sentidos possíveis ao texto. A leitura crítica no nível textual tenta evidenciar, analisar e interpretar os componentes formais dentro de uma ótica particular em que se distinguem o **texto literário**, construído dentro de um sistema específico de normas, do texto meramente **lingüístico**, ou seja, que é produto imediato da oralidade, seja ele expresso materialmente (escrito) ou não.

Todos esses níveis, aparentemente estanques, guardam uma ampla gama de espaços intercomunicantes. Caso se pretenda elaborar uma análise profunda e rica, condição *sine qua non* para uma interpretação que ultrapasse os domínios do texto, é fundamental que se proponha uma atividade crítica na sua totalidade, saindo-se do texto para o contexto, da forma para o conteúdo, do real para o imaginário, do objetivo para o subjetivo, compreendidos não como pólos opostos, contraditórios, mas como realidades que se interpenetram.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A qualidade da produção histórica depende do questionário elaborado pelo historiador; a validade das respostas obtidas remete, para além dos procedimentos empregados, à pertinência da documentação mobilizada em relação às questões propostas. [...] Para retomar a velha expressão de Émile Durkheim, o historiador, como o sociólogo, constrói seu objeto de estudo pela formulação de questões ou hipóteses, pela

definição das bases documentais e pela escolha dos procedimentos de análises. (BOUTIER e JULIA, 1998, p. 38).

Reconhecendo que o historiador pretende construir fatos reais, mesmo que essa verdade seja parcial, imperfeita, e que não há trabalho histórico sem a produção erudita de dados, apoiada em documentos que não podem assumir um sentido qualquer, fruto da subjetividade do historiador, é forçoso perceber também que a história, enquanto (re)construção humana de acontecimentos que realmente existiram no passado próximo ou remoto, ganha vida quando se utiliza de novos objetos e de novas abordagens, advindas de uma relação transdisciplinar, em que se resguardem as suas especificidades.

O uso de textos literários como documento histórico, apoiado numa segura base teórico-metodológica, tem por objetivo enriquecer o campo histórico, apontando, em meio a subjetividade dos autores, as características culturais, os hábitos e costumes regionais, os valores dominantes, que auxiliam a traçar os delineamentos possíveis ao recorte histórico.

Novamente, cumpre esclarecer que não se pretende a defesa da utilização de textos literários como única fonte de pesquisa, uma vez que nenhuma fonte deverá ser utilizada de forma isolada, por mais fidedigna que pareça. É preciso que o historiador tenha em mente a impossibilidade de uma compreensão totalizante da realidade ou de que

[...] eu digo que a maneira como organizo os meus textos testemunha em primeiro lugar uma certa humildade para com a informação, a consciência que tem o historiador de só poder atingir uma parte da realidade e, por consequência, de preencher forçosamente os vazios com o que imagina (DUBY, 1997 *apud* CARDOSO e VAINFAS, 1997, p. 146).

Essa imaginação ou a subjetividade de que nos fala Duby não é pautada no subjetivismo desenfreado, mas ancorada nas fontes e numa análise criteriosa,

habilmente interpretada pelo suporte somente possibilitado por sua árdua tarefa de erudição, que inicialmente o *aprisiona* ao que se tem feito ou escrito sobre determinado tema, para lhe facultar o poder criativo da crítica, da interpretação e da extrapolação. Nesse aspecto, ele poderá utilizar, legitimamente, como documentos, os arquivos cartoriais, os documentos e estatísticas oficiais, as iconografias, os objetos de arte, o cinema, a literatura, etc., que serão vistos como representações do passado.

Essa discussão remonta para a finalidade da história, enquanto produção de conhecimento que

não tem por objetivo celebrar tal ou tal memória particular ou ressuscitar o que se passou, mas tornar compreensíveis, em toda a sua complexidade, as relações que unem ou dividem os homens e mulheres, os diversos grupos sociais, os governantes e os governados... sem apagar nenhuma de suas asperezas (BOUTIER e JULIA, 1998, p. 53).

Isso justifica a utilização criativa de novas fontes até então ignoradas ou preteridas, com o cuidado para que o historiador fuja do jogo sedutor das grandes personagens históricas e reafirme seu compromisso com o inquietante jogo que o presente nos coloca, interrogando constantemente o passado e reapropriando-se da dimensão subjetiva do viver cotidiano, no nível regional, local ou individual.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOUTIER, Jean e JULIA, Dominique (orgs.). **Passados Reconstituídos: campos e canteiros da história**. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1998.

CARDOSO, Ciro F. e VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da História. ensaios de Teoria e Metodologia**. 5 ed., Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

MOISÉS, Massaud. **Guia prático de análise literária**. 3 ed., São Paulo: Cultrix, 1972.

REIS, Carlos. **Técnicas de Análise Textual. introdução à leitura crítica do texto literário.** 3 ed., Coimbra: Livraria Almedina, 1981.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história?** Brasília: EDUNB, 1982.

WHITE, Hayden. **Meta-história: a imaginação histórica do século XIX.** São Paulo: EDUSP, 1992, p. 11-56.

\_\_\_\_\_. **Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura.** São Paulo: EDUSP, 1994. (Ensaio de Cultura, v. 6).